

ATA NÚMERO 06/XIII (1.ª)

15 de dezembro de 2015 – 15h00

Aos 15 dias do mês de dezembro de 2015, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 5, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Ata da reunião de 9 de dezembro

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação – Apresentação do relatório Estado da Educação 2014 – 15h00

5. Audiência à Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – 16h30

6. Projeto de lei n.º 45/XIII (1.ª), PCP, Elimina os exames de 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico

- Apresentação pelo autor - PCP
- Deputado Relator – Susana Amador (PS)

7. Outros assuntos

8. Data da próxima reunião

- Dia 22 dezembro de 2016 – 15h00
-

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

A ata da reunião de 9 de dezembro foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas na generalidade

O Presidente informou que tinha baixado à Comissão o [Projeto de Resolução n.º 38/XII, BE, Recomenda ao Governo a construção da Escola Secundária da Quinta do Perú, na freguesia da Quinta do Conde, Sesimbra](#) e que o BE tinha comunicado que pretendia a sua discussão no Plenário, conjuntamente com a [Petição n.º 4/XIII, Construção duma escola secundária na Quinta do Conde](#), pelo que ia ser feita a respetiva comunicação ao Presidente da Assembleia.

3.2. Baixa de iniciativas na especialidade

Indicou também que tinham baixado à Comissão, para apreciação na especialidade, o [Projeto de Lei n.º 38/XIII/1ª, BE, Revogação da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências - PACC](#) e o [Projeto de Lei n.º 46/XIII/1ª, PCP, Estabelece os requisitos para o acesso à profissão docente e garante a anulação dos efeitos da Prova de Avaliação de Capacidades e Conhecimentos](#), tendo sido fixado o seguinte calendário para o efeito:

1. Apreciação pública: por 30 dias
2. Pedido de parecer/contributo às entidades do setor: até 22 de janeiro (6.ª feira)
3. Distribuição de proposta de entidades a quem ia ser pedido parecer: pronúncia dos Deputados até ao dia 17 de dezembro (5.ª feira)
4. Apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares: até 27 janeiro (4.ª feira)
5. Distribuição do mapa comparativo: 29 janeiro (6.ª feira)
6. Votação na especialidade na reunião da Comissão: 02 fevereiro (3.ª feira)

E ainda o [Projeto de Lei n.º 59/XIII/1ª, PCP, Revoga o Regime de Requalificação Docente](#) e o [Projeto de Lei n.º 70/XIII/1ª, BE, Elimina a requalificação de docentes](#), tendo sido fixado o seguinte calendário para o efeito:

1. Apreciação pública: por 30 dias

2. Pedido de parecer/contributo às entidades do setor: até 22 de janeiro (6.^a feira)
3. Distribuição de proposta de entidades a quem ia ser pedido parecer: pronúncia dos Deputados até ao dia 17 de dezembro (5.^a feira)
4. Apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares: até 27 janeiro (4.^a feira)
5. Distribuição do mapa comparativo: 29 janeiro (6.^a feira)
6. Votação na especialidade na reunião da Comissão: 02 fevereiro (3.^a feira)

3.3. Regulamentação das leis

Tendo presentes os relatórios elaborados pela Divisão de Informação Legislativa Parlamentar, sobre os quais era confrontado o Governo, o Presidente enfatizou que em relação à listagem das leis parcialmente não regulamentadas da IX à XII Legislaturas havia 9 leis não regulamentadas na totalidade, 6 sem prazo de regulamentação, 1 dentro do prazo de regulamentação e 2 fora do prazo.

No que respeitava à listagem das leis respeitante à 4.^a Sessão da XII Legislatura, realçou a existência de 5 leis não regulamentadas na totalidade, 4 sem prazo de regulamentação e 1 dentro do prazo de regulamentação.

Para além destas, fez ainda referência à lista das leis que exigiam a remessa de informação à Assembleia da República e às notas colocadas nas mesmas e solicitou aos Deputados que caso propusessem observações para inserir nos documentos, as remetessem até ao final do dia seguinte.

3.4. Composição dos Grupos de Trabalho

Na sequência da criação do Grupo de Trabalho de Educação Especial e do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do processo de descentralização de competências na área da educação, o Presidente solicitou aos Deputados Coordenadores do PS e do PSD que indicassem qual iriam coordenar e pediu aos restantes Coordenadores que indicassem os Deputados que fariam parte dos Grupos.

O Deputado Porfírio Silva, Coordenador do PS, referiu que tinha anteriormente sido criado o Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens, cujo Coordenador era do PSD, pelo que entendiam que atualmente podiam escolher o Grupo de Trabalho que pretendiam coordenar.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) indicou que o 1.^o Grupo tinha sido consensualizado numa reunião e o 2.^o tinha sido aprovado na seguinte, pelo que entendia que a coordenação deveria ser assegurada no 1.^o pelo PS e no 2.^o pelo PSD, mas que não tinha oposição à solução oposta. Nesta sequência, o Deputado Porfírio Silva (PS) comunicou que indicaria posteriormente o Grupo de Trabalho que iriam coordenar e o respetivo Coordenador.

3.5. Pedidos de audiência

Tendo presentes os pedidos de audiência recebidos, foi deliberado receber o Movimento Reivindicativo do Ensino Artístico Especializado na reunião da Comissão e as restantes entidades em reunião presidida por um “Deputado-piloto” dum Grupo Parlamentar, de harmonia com distribuição feita conforme o método de Hondt, sendo a mesma aberta a todos os Deputados.

Nestes termos, a distribuição foi a seguinte: Associação Nacional de Professores por Deputado do PSD; Centro de Informação de Biotecnologia por Deputado do PS; Associação Nacional dos Professores Contratados por Deputado do PSD; Comissão Coordenadora do projeto «Pensar a Educação» - Grupo Economia e Sociedade (GES) - Comissão Nacional de Justiça e Paz – Conferência Episcopal Portuguesa por Deputado do PS; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro por Deputado do PSD.

4. **Audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação – Apresentação do relatório Estado da Educação 2014 – 15h00**

O Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Professor Doutor David Justino, estava acompanhado pelo Secretário-Geral, Dr. Manuel Miguéns.

Utilizou como suporte à sua comunicação uma apresentação em *power point*, que está disponível na [página da Comissão na internet](#).

Num primeiro momento referiu que o Relatório não continha muitas alterações em relação aos dos anos anteriores. Mencionou depois a análise feita na introdução, da sua responsabilidade, salientando que em 2016 se comemorará 30 anos da adesão de Portugal à União Europeia e de vigência da Lei de Bases do Sistema Educativo, tendo dividido esse período em 2, de 15 anos cada e feito uma análise das tendências da economia (PIB por habitante e desemprego jovem) e da educação (taxa de escolarização total, abandono escolar precoce e resultado do PISA em Matemática, Ciências e Leitura) nos mesmos e apresentado um quadro resumo em que concluiu pelo melhor desempenho da economia no primeiro período e pelo melhor desempenho da educação no 2.º.

De seguida, indicou que o crescimento económico é que geraria a criação de emprego e apresentou 5 desafios para a educação nos próximos 15 anos, a saber:

1. Educação de infância: visão integrada da educação de infância e reordenamento da rede;
2. Sucesso escolar como foco das políticas educativas: prevenção do insucesso, realçando a elevada taxa de reprovações;
3. Condição docente: qualificação dos professores, investir na avaliação contínua e reforçar a formação inicial dos professores;
4. Conhecimento escolar: conhecimento para a sociedade do futuro, valorizando o conhecimento, nomeadamente o científico e equacionando se o currículo atual responde;

5. Ajustar as qualificações à estratégia de desenvolvimento do país: concentrar o investimento nas qualificações com mais futuro para o desenvolvimento do país, salientando que o sistema de ensino forma cidadãos, mas também profissionais.

Por último, realçou a importância de uma estratégia consensualizada, a nível de objetivos, entre as forças políticas e informou que o CNE pretende fazer a avaliação da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Interveio de seguida o Deputado Amadeu Albergaria (PSD), realçando a importância do Relatório sobre o Estado da Educação e da apresentação feita, enfatizando a forma concisa, clara e a moderação, salientando o percurso globalmente positivo do sistema educativo e contestando a divergência entre a escola pública e a privada.

Enfatizou a apresentação estratégica para os próximos 15 anos e referiu que o PSD e o CDS-PP tinham apresentado um projeto de lei que tinha originado o alargamento da educação de infância. Realçou a diminuição do número de alunos e o impacto daí resultante, perguntou se o CNE concordava com a eliminação das provas finais do 1.º ciclo e da prova de avaliação de conhecimentos e competências dos docentes (PACC) e realçou que o PSD colocava sempre os alunos acima de tudo.

O Deputado Porfírio Silva (PS) considerou essencial a construção de convergências e equacionou depois vários dados do relatório, nomeadamente, a evolução da escolarização em vários níveis de ensino, pontos de preocupação e diminuição de investimento em vários programas desenvolvidos, a evolução da avaliação e dos resultados e referiu que na relação entre a economia e a educação também se devia levar em conta a sociedade e aspetos pessoais.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), no âmbito da educação de infância, referiu a importância da criação de uma abordagem curricular. Realçou depois a taxa de retenções muito elevada e os vários programas existentes e perguntou que outras abordagens seriam importantes. Pediu ainda indicação de exemplos de mecanismos para recrutamento de docentes e questionou se atentas as alterações curriculares que se têm registado (com efeitos na escola e nos manuais escolares), ainda se tornariam necessárias mais a curto prazo ou se poderiam ser tratadas no âmbito da autonomia das escolas.

O Deputado Miguel Tiago (PCP) realçou a importância dos relatórios do CNE, com grande valor, a indicação das tendências e as análises mais finas. Salientou o aumento da taxa de abandono precoce em 2012, contrariando a tendência e realçou que não havia convergência entre os indicadores nacionais e os europeus e que Portugal estava sempre em divergência.

De seguida, agradeceu os estudos de investigação constantes no final do Relatório e referiu várias questões que estavam por resolver no ensino, a saber: envelhecimento gradual dos professores, diminuição do número de professores no sistema, diminuição dos estabelecimentos públicos de ensino e aumento dos privados.

Em relação ao ensino superior, referiu a preocupação que tinha sido manifestada pelo anterior Governo em relação à respetiva rede e ao facto de haver muitos estabelecimentos públicos e realçou que o número de estabelecimentos privados ainda era maior. Por último, sublinhou a diminuição das bolsas do ensino público.

O Deputado Luís Monteiro (BE) fez referência à relação entre a sociedade, a economia e a educação e realçou que as políticas de austeridade tinham vindo a causar problemas. Salientou depois que as despesas dos estabelecimentos de ensino superior dependiam das propinas, questionando como se garantia a igualdade. Referiu ainda que desde 2011 se

verificava um desinvestimento na ação social indireta e questionou para que serviam as bolsas e se era apenas para pagamento das propinas.

Por último, referiu a flexibilidade do mercado de trabalho e a precariedade das relações laborais.

Na sequência das questões colocadas, o Presidente do CNE referiu que já se tinham pronunciado 2 vezes sobre exames no ensino básico, com Recomendações, tendo indicado que eram importantes, mas havia necessidade de serem equacionados os níveis de exigência e de se adequarem os testes ao objetivo de aprendizagem, bem como a forma das provas (atualmente noutra escola e antes do final do ano).

Referiu as dificuldades de perceção das taxas do número de alunos e a escolarização, o impacto da crise económica no sistema de ensino, o facto de os alunos reprovados em anos com provas públicas não ser elevado e os efeitos dos exames sobre as reprovações serem diminutos, sendo os efeitos maiores da avaliação contínua.

Propôs uma discussão sobre as escolas TEIP, que precisavam de medidas especiais, mas estavam a ser estigmatizadas e para que se educava e como se devia educar.

Considerou a seleção dos docentes um mal menor, referindo que se podia eliminar a prova mas devia ter-se um substituto, entendendo que o Estado devia escolher os melhores e a equidade deveria verificar-se nos alunos e não no acesso à profissão. Salientou que o Estatuto da Carreira Docente previa um período probatório, podendo fazê-lo na escola.

Informou ainda que não propunha alterações curriculares, esclareceu que os agrupamentos levavam ao fecho de estabelecimentos de ensino e referiu que as propinas deviam ser equacionadas no âmbito do problema de financiamento do ensino superior.

O Relatório, a apresentação do Presidente do CNE e as gravações da reunião estão disponíveis na [página da Comissão na internet](#).

5. Audiência à Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – 16h30

Em representação da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo estiveram presentes António Sarmento, Presidente, João Trigo, Rodrigo Queiroz e Melo e Sofia Reis.

O Presidente da AEEPC agradeceu a concessão da audiência, fazendo, se seguida, uma breve apresentação da posição da Associação sobre a iniciativa legislativa relativa à eliminação do exame nacional do 4.º ano de escolaridade.

Defendeu que o exame em si era um dos fatores relevantes de avaliação e que era importante haver instrumentos de regulação do sistema que permitam dar às escolas um espaço de autonomia pedagógica e curricular. Acrescentou também que as provas do 4.º ano contêm descritores muito completos que permitem às escolas aferir resultados e debruçar-se sobre a avaliação externa com uma qualidade fidedigna, concedendo informação muito útil para a

gestão do seu trabalho pedagógico. Disse que a existência de uma avaliação externa permite às escolas serem confrontadas com as suas fraquezas e, dentro do âmbito da sua autonomia, criar condições para melhorar as suas aprendizagens e a sua forma de ensinar.

Concluiu a sua intervenção sublinhando, uma vez mais, que a Associação não defende nem provas que qualifiquem para passagem de ciclo, nem a comparação de resultados nem a publicitação pública de resultados mas, sim, uma prova nacional, universal, externa, corrigida centralmente que estimule boas práticas e que permita que cada escola conheça os resultados das suas aprendizagens para que possa melhorar a sua execução pedagógica.

Intervieram de seguida os Srs. Deputados Amadeu Albergaria (PSD), Odete João (PS), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP) que colocaram algumas questões, designadamente sobre o financiamento do Estado ao ensino particular e cooperativo, às suas turmas e alunos; a falta de pagamento dos reembolsos devidos por parte do Ministério da Educação ao ensino artístico; o facto de a educação não ser exclusivamente mensurável em exames escritos, sendo a oralidade um exemplo paradigmático desse facto; a necessidade de haver um modelo de avaliação do sistema educativo que monitorize e trave o insucesso escolar o mais cedo possível; e o trabalho que é desenvolvido decorrente da informação resultante dos exames.

Em resposta às questões colocadas, António Sarmento, João Trigo, Rodrigo Queiroz e Melo adiantaram que os rankings eram ainda um instrumento imperfeito, com informação que necessitava de ser melhorada, mas que eram importantíssimos para que as escolas prestassem contas à sociedade acerca do trabalho desenvolvido; que havia fatores importantes que não eram tidos em conta nos rankings, como o percurso escolar do aluno, a motivação das famílias e dos jovens e o efeito das explicações nos resultados dos exames; que era preciso «olhar com cuidado» para as escolas que ficam persistentemente colocadas nos últimos lugares; e que a eliminação dos exames do 4.º ano de escolaridade e a sua substituição por provas de aferição poderá conduzir a uma certa opacidade, a um recuo importante na questão da transparência e dos dados sobre o sistema.

A gravação da audiência encontra-se disponível na [página da Comissão](#), na Internet.

6. [Projeto de Lei n.º 45/XIII, PCP, Elimina os exames de 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico](#)

O Deputado Miguel Tiago (PCP) fez a apresentação da iniciativa, referindo que a mesma visava a eliminação dos exames do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, na sequência da aprovação de iniciativas respeitantes à eliminação do exame do 1.º ciclo.

Indicou, em síntese, que os estudantes eram treinados para responder a perguntas e não para as matérias e que não era justo que estudantes com uma situação socioeconómica diferente e em escolas diversas fossem sujeitos às mesmas perguntas, considerando que não havia igualdade na avaliação.

Defendeu que o exame incluía um dano social e manifestou que não aceitavam que houvessem alunos a chumbar.

Interveio depois a Deputada Susana Amador (PS), relatora, referindo que o PS acompanha a avaliação e as matérias das escolas com preocupação, que os exames do 4.º e do 6.º ano carecem de reavaliação e que o mais importante é a avaliação contínua, defendendo a avaliação mas não as provas finais.

7. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

8. Data da próxima reunião

- Dia 22 de dezembro de 2015 – 15h00

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17 horas e 50 minutos.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 22 de dezembro de 2015.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Emília Santos
Joana Mortágua
João Torres
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Ana Virgínia Pereira
Cristóvão Crespo
Elza Pais
Gabriela Canavilhas
José Cesário
Palmira Maciel
Pedro Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Laura Monteiro Magalhães